

## **A Galiza oriental na fractura do latim hispânico: ditongação das vogais /e/ e /o/ breves**

*Júlio Dieguez Gonzalez*

Universidade de Santiago de Compostela

### **1. Ditongação enfática das vogais abertas**

A ditongação das vogais abertas /e/ e /o/ provenientes das correspondentes breves tónicas do latim clássico foi considerada tradicionalmente um fenómeno próprio do centro peninsular ao qual se teria mantido completamente alheio o romance hispânico ocidental em que as referidas vogais teriam mantido o timbre que tinham no latim vulgar. Assim, fez-se coincidir a área da ditongação com a linha divisória que separa os dialectos leoneses dos galego-portugueses. Parece seguro, porém, que as isoglossas actuais não correspondem absolutamente ao espaço primitivo de vigência dos fenómenos que definem ambos os romances. A área oriental galega, coincidente em linhas gerais com as actuais províncias de Lugo e Ourense, parece ter conhecido desde uma época antiga a ditongação das vogais abertas acentuadas, embora a sua vigência nos falares actuais desse território quase tenha passado despercebida.

A ditongação está viva nos falares lucu-aurienses, o que constitui um verdadeiro paradoxo: nos estudos tradicionais de linguística histórica não houve a suspeita de que um fenómeno que condicionou profundamente o percurso evolutivo do latim peninsular, fragmentando-o antes de que se tivesse iniciado o cultivo escrito dos falares românicos autóctones, pudesse ter-se mantido activo em algum dos dialectos ibéricos até aos dias de hoje; mas isso exactamente ocorre num espaço que se considerava alheio à sua vigência.

Nos falares da Galiza há ditongação em muitos termos; faltam estudos estatísticos, mas é verosímil que em geral as formas ditongadas ultrapassem largamente as outras no vocabulário do dia-a-dia de muitos locutores autóctones. A explicação que se tem dado para este facto é bem conhecida, mas parece necessário revê-la e limitar notavelmente o seu alcance: dos exemplos que contradizem essa perspectiva o mais notável é o resultado [ja] da conjunção copulativa proveniente da latina ET.

O denominador comum a todas as formas em que se registam resultados vivos (não fósseis, portanto: excluem-se aqui os topónimos) com ditongação das vogais breves acentuadas latinas na Galiza oriental é a marcação da ênfase na forma com ditongo.

A forma *ninguém* [nĩŋgĩẽ] como realização normal do indefinido 'ninguém' é registada em falares da Galiza oriental (Guitiriz, Guntim), e surge também nas províncias de Porte-Vedra (até ao mar) e da Corunha (até Rianjo, Compostela e Porte d'Eume, pelo menos). Foi apontada uma hipotética origem numa falsa castelhanização: os falantes teriam aplicado erroneamente a regra geral /ɛ/ => /je/ ([je] no castelhano da Galiza). Mas esta suposição não parece justificada, porque essa regra de equivalência teria protegido a variante autóctone do pronome, em função da percepção de que as formas sem ditongo são vernáculos; todavia, salvo erro, nas áreas em que surge 'ninguém' apresenta-se como forma única. A variante com ditongação enfática pode ter-se talvez imposto como forma exclusiva, extinguindo a outra.

O mesmo pode dizer-se talvez de *alguém* [alʋjĩẽ], forma usada no norte da Terra Chá lucense, segundo regista X. L. Regueira na sua tese de doutoramento (1989:557):

Designa persoa, sen indica-lo seu número, xénero nin a súa odentidade, equivalendo en xeral a 'algunha persoa':

antes de chegar ó camiño, mira pà dreita e prá 'zquierda, a ver se vén *alguién*. Se vén *alguién* dá a volta (Ins.)

o outro non ten finca, non ten árboles, ó d'*alguién* ten qu'ir (Ins)

cando un conoce *alguién* naquela casa... (Cas)

É probable que *alguién* se deba a un cruce coa forma *alguien* do castelán. A forma *alguén* do galego común non se documenta na zona.

Quando se fala em ditongação na Galiza oriental surge o paradoxo de que não é possível já saber em que medida esta pode ter sobrevivido no vocabulário comum. O motivo é, evidentemente, o processo intenso de castelhanização, que fez com que em áreas extensas do território muitos vocábulos autóctones fossem substituídos pelos castelhanismos. Ocorre o mesmo, de facto, nos falares leoneses: não é possível em muitos casos saber quando há ditongação genuinamente leonesa ou se foi produzida pela interferência da norma castelhana.

Há indícios de que em vários aspectos o contraste semântico entre as formas castelhanas e galego-portuguesas deriva de uma reanálise do contraste pré-existente entre duas variantes, autóctones ambas, geradas por fenómenos de mudança fonética que se mantiveram numa fase incipiente da evolução. Do mesmo modo que *padre*, que não é, geneticamente, um castelhanismo, é interpretado como forma castelhana actualmente pela generalidade dos falantes, inclusive pelos que conservam as formas com possessivo + *padre* e *madre* como formas tradicionais de respeito, há indícios de que também em outros âmbitos houve uma reanálise em termos de contraste de códigos das variantes surgidas da dinâmica interna dos falares tradicionais galego-portugueses.

X. L. Regueira, na sua tese de doutoramento sobre os falares na área setentrional da Terra Chá lucense, nota (1989:69-70):

Nalguns casos pode formarse espontaneamente un ditongo crecente por adición dunha semivocal na tensión da sílaba. Entre eles debemos distingui-los que introducen a semivocal entre unha consoante e a vocal dos que o fan entre dúas vocais [...]

Tamén pode aparecer esta semivocal tras consoante velar, en casos aillados: [pénas do ɣwolpe] 'Penas do Golpe (top.)' (Soe), [mɛŋgwáno] (Goi), [kwatáʎo] (Goi-C).

A introducción dun [j] pode efectuarse entre unha dental xorda e unha vocal aberta, tamén en exemplos aillados: [istjánte] (Ald-C), [atjenta] (Ald-C); neste último exemplo pode tratarse dunha falsa castelanización, do mesmo xeito que se pode oír [bjeros] 'berros' e algunhas outras, como [pjestes] 'pestes' (Sxu), para darlle maior énfase ó enunciado.

Longe vai o tempo em que se pensava que as mudanzas fonéticas eran accidentes fatais que ocorriam nas línguas humanas de forma abrupta e eran executadas na totalidade do vocabulário. Actualmente sabe-se que, tanto as que obedecem às *leis fonéticas* como as geradas pela *analogia*, ocorrem através de procesos de variación, de convívio, durante um lapso de tempo, da forma original com a que vem ocupar o seu espaço, até substituí-la (ou não) de maneira completa.

A ditongação deve ter sido, durante um longo período, uma característica opcional nas falas populares. As variantes ditongadas, enfáticas e coloquiais na fase inicial, devem ter ganho o estatuto de formas únicas de forma progressiva. Parece claro que em alguns termos a variante ditongada conseguiu extinguir a não ditongada, mas não em todos. Nessa fase não pode ter havido uma consciência clara da individualidade dos diferentes romances, e a vigência do latim como língua comum e fundamento da identidade cultural e religiosa terá conservado durante muito tempo a consciência da equivalência entre os ditongos e as vogais abertas tónicas de que tinham surgido.

Tenha-se em conta, aliás, que nesse período de convívio entre as formas ditongadas e as outras algumas palavras perderam a ditongação primitiva: nelas a variante ditongada não prevaleceu. É o caso, por exemplo, de *uemme* (homem) que se regista nas Glossas Silenses (Menéndez Pidal, 1980:118), e que teria dado \*"huembre" se tivesse sobrevivido. Na área mais oriental da Galiza o processo de instauração das formas ditongadas como únicas disponíveis na fala popular parece ter-se desactivado muito cedo. O factor desencadeante da ditongação, segundo todos os indícios, é a marcação da ênfase. Na área do castelhano a realização enfática acabou convertendo-se em marca universal da tonicidade das vogais abertas. Isto não ocorreu no âmbito do galego oriental. É provável que as duas realizações tenham coexistido durante um longo período, mas, da mesma maneira que no espaço geográfico leonês e castelhano as variantes com ditongo foram extinguindo as outras, na área oriental da Galiza o percurso foi o inverso: das variantes com ditongo só sobreviveram aquelas que se mantiveram vivas na função original.

## 2. Ditongação do /e/ breve da conjunção ET

A variante ditongada [ja] da conjunção copulativa fragmentou-se em duas no percurso evolutivo que conduziu aos falares actuais lucu-aurienses: [jɛ], por uma parte, como variante autónoma, e [j] + a vogal resultante da crase do [a] do ditongo com a vogal inicial da palavra seguinte<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Sobre testemunhos gráficos da forma ditongada em documentos galegos, cf. Dieguez Gonzalez 2001 e Dieguez Gonzalez 2002/b.

O processo evolutivo da variante [ja] seguida de palavra iniciada por vogal deve ter sido como se mostra no quadro a seguir:

ja + o > jaw > \*jɔo > jɔ  
 ja + u > jaw > \*jɔo > jɔ  
 ja + e > jaj > \*jɛe > jɛ  
 ja + i > jai > \*jɛe > jɛ  
 ja + a > jaa > ja  
 ja + ɔ > jɔɔ > jɔ  
 ja + ε > jɛε > jɛ

No dialecto lucu-auriense existem três variantes da conjunção proveniente do ĘT latino: (i) [ɛ], (ii) [jɛ] e (iii) [j + <vogal resultante da crase do *a* com a vogal inicial da palavra seguinte>]; a variante (iii) aparece regularmente antes de qualquer determinante artigo definido ou indefinido<sup>3</sup>, mas não com a mesma regularidade antes dos substantivos e adjectivos. A forma usada em cada caso depende tanto de factores contextuais como da marcação enfática de algum dos elementos da oração. Aparentemente em “hoje e ontem” é usual a forma ditongada e a frase é realizada normalmente como [óre jɔ̃te], mas em “ontem e hoje” surge a não ditongada porque a realização normal é [ɔ̃te ɛ óre]. Mas a realidade é mais complexa porque há um contraste significativo entre a variante [jɛ] e as outras duas: [ɔ̃te ɛ óre] contrasta com [ɔ̃te jɛ óre] em termos idênticos aos do contraste que se estabelece entre [óre jɔ̃te] e [óre jɛ ɔ̃te]. Quando a conjunção surge com a realização [jɛ] o elemento que aparece a seguir assume o papel de foco informacional. A realização de “ontem e hoje” como [ɔ̃te ɛ óre] admite como paráfrase “ontem como hoje”, sendo perfeitamente sinónima de “hoje como ontem”; mas [ɔ̃te jɛ óre] quer dizer algo diferente, podendo ser parafraseada como “ontem e também hoje” ou “ontem e especialmente hoje”; do mesmo modo, [óre jɛ ɔ̃te] significa “hoje, mais sobretudo ontem”, ou: “hoje (como sabe) e também ontem (ao contrário do que pensa)”. Num enunciado como “entre ontem e hoje” há uma diferença semântica clara segundo a variante que se use: “entre ontem [ɛ] hoje” refere-se a um intervalo entre ambos os dias; “entre ontem [jɛ] hoje” significa o conjunto dos dois, o percurso temporal resultante da soma de ambos.

Para “pão e água” (“pam e auga”) um falante lucu-auriense pode dizer [pãnjɛawɣa], [pãnjɛawɣa], [pãnjɛawɣa]; não havendo diferença semântico-pragmática entre as três realizações seria talvez a primeira que ofereceria um índice maior de frequência num estudo

<sup>3</sup> Pode-se exemplificar assim (*ya* representa a forma medieval antecedente da realização actual):

O cão e o gato (o cam + *ya* + o gato em dialecto lucu-auriense) [ʰ kãŋ jɔ gátʰ]

Um cão e um gato (um cam + *ya* + um gato) [úŋ kãŋ jɔŋ gátʰ]

Este e esta (Iste + *ya* + esta [ésta]) [íste jɛsta]

Essa e esse (Essa [ésa] + *ya* + isse) [ésa jɛse]

O gato e a gata (o gato + *ya* + a gata) [ʰ ɣátʰ ja ɣáta]

Ele e eu (Il + *ya* + eu [ɛw]) [il jɛw].

Hoje e ontem (hoje + *ya* + ontem) [óre jɔ̃nte].

estatístico sobre produções orais reais. Parece difícil fazer alguma afirmação fundamentada sobre se neste dialecto o ĘT latino ditongou de forma geral e a variação existente actualmente entre [ɛ], [jɛ] e [j <+vogal resultante da crase do [a] com a vogal inicial da palavra seguinte>] corresponde a um processo moderno<sup>3</sup>, ou se, pelo contrário, a vogal do ĘT ditongou nos contextos em que era tónico e o resultado [ɛ] actual deriva directamente da vogal latina sem ditongação nos contextos em que era átona. Depois de /j/ não costumam aparecer as variantes ditongadas: “pai e filho” [páj ɛ fíʎo], “vai e vem” [báj ɛ βẽŋ], por exemplo; mas não parece possível tirar desse dado qualquer conclusão.

Na área de ditongação do /e/ breve da conjunção ET surge um resultado evolutivo peculiar que afecta várias formas preposicionais e o radical de alguns advérbios: a mudança de [a] em [ɛ] na sílaba pretónica que precede um pronome com vogal tónica /i/:

- “è mim nom me viu (=a mim não me viu)” [ɛ mĩŋ nõŋ me viw]  
 “è tí nom te viu (=a tí não te viu)” [ɛ ti nõŋ te viw]  
 “é p’rè mim (=é para mim)” [ɛ prɛ mĩŋ]  
 “é comè mim (=é como eu)” [ɛ kome mĩŋ]  
 “é mais novo què mim (mais novo do que eu)” [ɛ majr nõβº ke mĩŋ]<sup>4</sup>

No dialecto lucu-auriense a preposição “a”, antecedendo pronomes como *mim* ou *tí*, é realizada obrigatoriamente como [ɛ], e antes dessas formas pronominais a conjunção copulativa é realizada obrigatoriamente como [jɛ], como se mostra no quadro a seguir:

LÍNGUA PADRÃO	DIALECTO LUCU-AURIENSE
Tu a mim...	Tu è mim... [ɛ mĩŋ]
Eu a tí...	Eu è tí... [ɛw ɛ ti]
Eu e tu	Eu iè tí [ɛw jɛ ti]
Tu e eu	Tu iè mim [tú jɛ mĩŋ]

<sup>3</sup> A ser assim a forma ditongada [ja] da língua medieval teria ocupado a totalidade dos contextos em que actualmente aparecem [ɛ] [jɛ] e [j + vogal resultante da crase]. A situação actual teria surgido quer por interferência dos dialectos em que a vogal do ET não ditongou, quer por síncope do [j] da forma [jɛ] resultante da evolução normal da variante autónoma do antigo [ja], em que o [a] se muda em [ɛ] por assimilação à semivogal antecedente.

<sup>4</sup> Um dado relevante a ter em conta é o carácter polimórfico de alguns advérbios, em função de factores de ordem contextual; surgem formas com [ɛ] em contextos em que não são precedidos da forma [ja] da conjunção, porque depois dela surgem variantes com [a] inicial:

- èli iaiqui: [ɛli jaiki]  
 èiqui i ali: [ɛjki jali]  
 èssi i assi: [ɛsi jasi]  
 èi i aiqui: [ɛi jaiki]  
 èiqui i aí: [ɛjki jai].

Que depois da conjunção copulativa *iè* se usem as formas oblíquas dos pronomes pessoais em lugar das formas rectas deve ser consequência de ter havido reanálise da vogal da conjunção como forma preposicional, talvez ainda na fase em que era realizada [ja]. O mesmo parece ter ocorrido com as conjunções comparativas *ca* e *coma*, que nos falares actuais só podem ser seguidas das formas oblíquas do pronomes: “é mais novo *què* ti”, “é *comè* mim”; os documentos medievais mostram uma situação bem diferente, em que *ca* é usada com formas rectas:

*pero si / vos Domingo dos Sãos meu ymao ante morrerdes ca eu...* (1324 Setembro 10; A.F.P. 1/33; Fernández de Viana y Vieites. 1994:55-56, nº 40).

*et se por ventura ante el finar ca eu* (1333 Agosto 3; Arquivo Arcebispo de Santiago, *Colección diplomática de Galicia Histórica*, I, 1901:314).

*Et se morre frey Nicolao ante ca eu Mando que o seia dom Johan martin abade de sam P.º sen seu danno...* (1348 Setembro 14; Tombo C da Catedral de Santiago, fol. 35. *Colección diplomática de Galicia Histórica*, I, 1901:309).

### 3. Vestígios na toponímia: resultados do sufixo –*ola* e do substantivo *Pelagu*

O grupo principal de topónimos que apresentam restos fósseis do fenómeno é o formado pelos derivados com o sufixo diminutivo –*õla*, tanto na forma do singular como na do plural, –*õlas*. Falta qualquer indício de que possa ter afectado os que tinham nos étimos a forma masculina singular, –*õlu*, ou plural, –*õlus*.

A seguir indicam-se as formas toponímicas em que parece ter ocorrido o processo fonético em causa; o indício fundamental deriva do facto de figurarem normalmente na escrita notarial medieval com a terminação “*oaa*”, “*oáá*”, “*uáá*” ou variantes similares<sup>5</sup>. Inserimos também algumas formas do vocabulário comum em que deve ter ocorrido um processo idêntico:

\*Apiculariola > Abelheiroá

\*Illa arcola > Airoaa<sup>6</sup> > Airoá; Arcolas > Eiroaas<sup>7</sup> > Eiroás

\*aviola > auoaa (medieval)<sup>8</sup>

\*Balteola > Bouçooa<sup>9</sup> > Bouçoá

<sup>5</sup> A análise dos textos não permite aceitar que a representação gráfica <oaa>/<uaa> possa ter-se devido a uma tentativa de marcar a tonicidade da vogal final por meio da duplicação na representação escrita: falta qualquer indício de uma prática deste tipo que tivesse afectado outras palavras.

<sup>6</sup> *Eyroáá* 1432 Fevereiro 112; A.C.O. Escrituras, XVI, 1.

<sup>7</sup> *Heyroaas* 1285 Novembro 2; Clérigos de coro, 121. Duro Peña, 1973:135, nº 485 a.

<sup>8</sup> *avoaa...* 1291 Novembro 10; A.C.O., Monásticos, nº 1595<sup>1</sup>. M. Romani. 1989/II:1164, nº 1226; *auoaa* 1283 Abril 1; A. A., Pergaminhos de Trives, I/26.

<sup>9</sup> *Bouçooa* 1252 Fevereiro; A.C.O., Monásticos, nº 687, M. Romani, 1989/I:641, nº 683; *Bouçooa* 1254 Maio 6; A.H.N., nº 1.526/6, M. Romani, 1989/I:678, nº 718; *Bouçooa* 1256; A.H.N. nº 1523/11, M. Romani, 1989/I:728, nº 764; *Bouçooa* 1259; A.H.N. nº 1.529/8<sup>1</sup> e 1.529/8<sup>2</sup>, M. Romani, 1989/II:813, nº 850; *Bouçooa* 1263 Junho 16; A.C.O., Monásticos, nº 904, M. Romani, 1989/II:858, nº 902; *Bouçooa* 1271 Fevereiro 8; A.H.N., nº 1.532/10, M. Romani, 1989/II:940, nº 987; *Bouçooa* 1272 Agosto 10; A.H.N., nº 1.532/2, M. Romani, 1989/II:964, nº 1014; *Bouçooa* 1286 Abril; A.C.O., Monásticos, nº 1.476, M. Romani, 1989/II:1122, nº 1181.

- \*Caprariola > Cabreiroaa<sup>10</sup> > Cabreiroá
- \*Carrariola > Carreiroaa<sup>11</sup> > Carreiroá
- \*Ceresariola > Cerdeiroá
- \*Ferrariola > Ferreiruaa<sup>12</sup> > Ferreiroá
- \*Ficariola > Figueiroaa<sup>13</sup> > Figueiroá
- \*Foliolas > Filhoás
- \*Graniola > granhoá
- \*Ecclesiola > Igregoáá<sup>14</sup> > Grijoá
- \*Oculiola > Ilhoá
- \*Iuncariola > Junqueiroá
- \*Mariola > Meiroá, \*Mariolas > Meiroás
- \*Mola > Moá; Molas > Moaas<sup>15</sup> > Moás
- \*Nucariola > Nogueiroaa<sup>16</sup> > Nigueiroá
- \*noctivola (avis) > noiteboá
- \*Perariola > Pereiroaa > Pereiroá
- \*Pignariola > Pinheiroá
- \*Saxola > Scixoá
- \*telariola > teiroá
- \*Viniola > Vinhoá; Vini olas > Vinhoás

O sufixo latino - ŪLA, com valor diminutivo, gerou vários resultados evolutivos diferentes no território da Galiza, mas há três que se apresentam em áreas dialectais bem

- <sup>10</sup> *Cabreiroáá* 1281 Abril; A.C.O., Monásticos nº 1334; *Cabreyroaa* 1288 Março; A. C. O., Monásticos, nº 1474; *Cabreyroaa* 1306 Janeiro; A.C.O., Monásticos, nº 1797; *Cabreyroaa* 1338 Dezembro 27; A.C.O., Monásticos, I. 294, Ferro Couselo, 1967:83; *Cabreyroaa* 1389 Fevereiro 13; A.H.P.O., Pergaminhos de Monte de Ramo, nº 12.
- <sup>11</sup> *Penú Carreyroáá* 1349 Abril 8; A.F.P., nº 1/45, Fernández de Viana y Vieites, 1994:66-67, nº 51.
- <sup>12</sup> *Ferreiruaa* 1438 Fevereiro 6 A. F. P., nº 3/161, Fernández de Viana y Vieites, 1994:211-212, nº 170.
- <sup>13</sup> *Figueiroaa* 1202 Julho 16; A.H.N. 1511/20, M. Romani, 1989/I:116, nº 104; *Figueiroaa* 1261 Agosto; A.C.O., Monásticos, nº 883. *Figueiroaa* 1261 Outubro 3; A.H.N. pasta 1484; Ferro Couselo, 1967:20-21; *Figueyroaa* 1281 Novembro 6; A.H.N. 1536/6, M. Romani, 1989/II:1099, nº 1156; *Ffigeyroáá* 1290 Janeiro 20; A.H.N. Monte de Ramo, 1487/14, Azevedo Maia, 1986:138, nº 58; *Figeyroaa* 1303 Janeiro 28; A. F. P., nº 1/25, Fernández de Viana y Vieites, 1994:44-46, nº 31; *Figeyroaa* 1314 Maio 15; A.C.O., Monásticos, nº 631, Ferro Couselo, 1967:71-72; *Figeiroáá* 1413 Novembro 20; A. F. P., nº 2/114, Fernández de Viana y Vieites, 1994:146-148, nº 122.
- <sup>14</sup> *Igregoáá* 1250; A.A., Ramirás, Maço 5/2, Lucas Álvarez & Lucas Domínguez, 1988:265-266, nº 77; *Igregoáá* 1253; A.A., Ramirás, Maço 1/11, Lucas Álvarez & Lucas Domínguez, 1988:286-287, nº 96.
- <sup>15</sup> *Moáás* 1234 Fevereiro 6; A.C.O. Escrituras, IV. 18; *Moaas* 1292 Fevereiro 26, cópia de um original de 1245 Abril 11; A.C.O. Obispo IV. Duro Peña, 1973:66, nº 204; *Moaas* 1329 Março 20; A.C.O. Escrituras XIV. 115, Duro Peña, 1973:184, nº 677.
- <sup>16</sup> *Nugueyroaa* 1234 Fevereiro 14; A.H.N. 1566/I. Duro Peña, 1972:151, nº 25; *Nogeyroaa* 1283 Dezembro 12; A. C. O., Monásticos, nº 1.376, Duro Peña, 1972:158, nº 35; *Nugueyroaa* 1328 Março 6; A. C. O., Monásticos, nº 2.236, Duro Peña, 1972:176, nº 63; *Nogueyroaa* 1417 Dezembro 26; A. C. O., Monásticos, nº 3.615, Duro Peña, 1977:350, nº 119; *Nugueyroaa* 1351 Março 3; A.C.O., Escr., X. 22, Duro Peña 1973:209, nº 801; *Nugueyroaa* 1358 Agosto 20; A.C.O., Escr., X, 28, Duro Peña, 1973:216, nº 835.

definidas: (i) o hiato *-oa* [ɔa], solução característica da área norte-ocidental; (ii) a solução com assimilação do /a/ final à vogal antecedente e posterior crase ([ɔa] > [ɔɔ] > [ɔ]) que se produziu na zona costeira sul-ocidental (entre Rianjo e Tui, estendendo-se para o nordeste até aos concelhos de Touro e Arçua, onde uma localidade chamada *Figueiroa* parece ter sido *Figueiroo* na época medieval); (iii) a solução da área lucu-auriense, em que parece ter havido a evolução seguinte: *-uála* > *uáa/oáa* > *oá*<sup>17</sup>.

Piago, Peago (<Pēlagu): estas formas são característica da Galiza oriental e apresentam para o [ě] um padrão evolutivo idêntico ao do [õ] do sufixo *-óla*.

Na toponímia maior da Galiza registam-se: *Peago*, na freguesia de Veiga, em Ortigueira (Corunha); na província de Lugo: *Peago* (Milheirós, Carvalhedeo); *Peago* (Varja de Lor, Póvoa do Brolhom); *Piago* (Sam Pedro Fiz de Robra, Outeiro de Rci); *o Piago* (Santalha de Rebordaos, o Savinhao); *o Piago* (Sam Tomé de Lucença, Lourençá); e *Piago Negro* (Sam Gíao de Sante, Trabada); em Ourense: *Peago* (Souto, Sam Cristovo de Cea)<sup>18</sup>.

A evolução de *Pēlagu* / *Pelagos* na Galiza ocidental deu *Pego*, *Pegos*, com vogal /e/: *Pegos* (Sam Lourenço de Árbol, Vilalva), e *Pego*, nome de duas localidades, uma em Rus, concelho de Carvalho (Corunha) e outra no Porrinho (Ponte-Vedra). *Pego* é também o nome de três rios: um afluente pela direita do Alfofrei, da freguesia de Carvalhedeo (Cotobade, Ponte-Vedra); um afluente pela direita do Minho, que nasce na freguesia de Barrantes (Ponte-Vedra); e o *Pego de Rabugenta*, afluente pela esquerda do rio Bao (ou Vao) que nasce freguesia de Couso (Coristanco, Corunha).

#### 4. Conclusão

Os falares da Galiza sofreram um processo de padronização exógena, desde um sistema linguístico alheio, enquanto que nos do Condado Portucalense houve um processo de padronização endógena, a partir de uma variante do mesmo sistema. Aqui parece ter sido apagada de forma mais intensa a variação dialectal interna. O caso da Galiza pode considerar-se paradigmático no que respeita aos efeitos da padronização exógena, que preservou em maior grau os vestígios da diversificação dialectal do período de formação da língua. A sobreposição do castelhano provocou a transferência para o domínio da oralidade coloquial e vulgar de muitas formas autóctones, que ficaram “enterradas”, por assim dizer.

<sup>17</sup> Parece verosímil que *Figueiruaa*, *Pereiruaa*, *Mouruuaa* procedam de formas antecedentes *\*Figueiruala*, *\*Pereruala*, *\*Mouruualas*, não de *\*Figueiróua*, *\*Pereiróua*, *\*Mouróuas* com vogal tónica aberta. A explicação que se pode dar para estas formas toponímicas é perfeitamente congruente com a cronologia da ditongação das vogais breves latinas na Península Ibérica. É bem conhecida a grafia *LEBIENS* que Carnoy (1906:251) registou numa inscrição asturiana do período romano. Para alguns autores a ditongação de /e/ e /o/ breves latinas teve lugar já no latim vulgar. Do estudo das “ardósias visigóticas” e testemunhos latinos dos séculos imediatamente seguintes parece poder concluir-se que a ditongação era um fenómeno com plena vitalidade no período visigótico.

<sup>18</sup> Num documento de 1267 do mosteiro de San Esteban de Nogales, editado por E. Staff (1907:149, doc. n.º LXXXIX, linha 3) surge a forma “pialago”, mostrando o resultado da ditongação do e no leonês ocidental: “Conuen a saber cumo de *termena*. de la prima parte el pialago de la taula...”.



no uso oral privado. Na toponímia, por exemplo, se *Figueiroo* tivesse sido a forma normal da variante prestigiada e escrita, é verosímil que tivesse extinguido muito cedo as formas *Figueiroaa* e *Figueiroa*, demasiado próximas e, por isso, equivalentes. A forma castelhana *Higueruela* dificilmente poderia ser percebida como potencialmente substitutiva: a distância linguística entre a variante padronizada e os falares populares permitiu, assim, paradoxalmente, a preservação da variação dialectal original. Que a ditongação possa ter-se conservado *do viva*, até certo ponto, na Galiza oriental, é uma consequência surpreendente deste facto.

## Referências

- Carnoy, A. (1906) *Le latin d'Espagne d'après les inscriptions. Étude linguistique*. Bruxelas. *Colección diplomática de Galicia Histórica*, I (1901). Santiago de Compostela.
- Dieguez Gonzalez, J. (2001) Galego-português lucu-auriense: resultados aj (<aaaj), aw (<aaw) e umha antiga ditongaçom do e (>ja) e o (>wa) tónicos. *Agália* 67/68 (Extraordinário B). pp. 153-184.
- Dieguez Gonzalez, J. (2002/a) *Toponímia galega na escrita notarial medieval: derivados com o sufixo -olu, -ola*. Santiago de Compostela.
- Dieguez Gonzalez, J. (2002/b) A ditongaçom do E (>ja) na conjunçom copulativa ET. *Agália* 71/72. pp. 51-88.
- Duro Peña, E. (1972) *El monasterio de San Pedro de Rocas y su colección documental*. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo".
- Duro Peña, E. (1973) *Catálogo de los documentos privados en pergamino del Archivo de la Catedral de Orense*. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo".
- Duro Peña, E. (1977) *El monasterio de San Esteban de Ribas de Sil*. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo".
- Vieites, J. I. Fernández de Viana y (1994) *Colección diplomática del monasterio de Santa María de Ferreira de Pantón*. Lugo: Diputación Provincial.
- Ferro Couselo, X. (1967) *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. Vigo: Fundación Penzol.
- Lucas Álvarez, M. & P. P. Lucas Domínguez (1988) *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media*. Santiago de Compostela.
- Maia, C. de Azevedo (1986) *História do Galego-Português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: I. N. I. C.
- Menéndez Pidal, R. (1980) *Orígenes del Español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Madrid: Espasa-Calpe (9ª ed.).
- Regueira Fernández, X. L. (1989) *A fala do norte da Terra Chá. Estudio descriptivo*. Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela.
- Romaní, M. (1989) *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense) 1025-1310* (2 vols.). Santiago de Compostela: Tórculo.
- Staaff, E. (1907) *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIII<sup>e</sup> siècle*. Uppsala.

**Siglas**

- A. A.: Arquivo do Mosteiro de Sam Paio de Antealtares (Santiago de Compostela).
- A. C. O.: Arquivo da Catedral de Ourense.
- A. F. P.: Arquivo do Mosteiro de Ferreira de Pantom.
- A. H. N.: Archivo Histórico Nacional (Madrid).
- A. H. P. O.: Arquivo Histórico Provincial de Ourense.